



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## HISTÓRIA E MEMÓRIA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Luciana Canário Mendes\*  
(UESB)

Maria Eugênia de Lima e Montes Castanho\*\*  
(UESB)

Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro\*\*\*  
(UESB)

### RESUMO

O presente texto tem por objetivo traçar uma visão panorâmica das discussões teóricas, aproximativas e/ou divergentes, entre a História e a Memória a partir de Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Jacques Le Goff. A discussão ora apresentada evidencia a necessidade de diálogos posteriores entre esses dois campos, sobretudo pelo caráter multidisciplinar e multimodal da memória.

**PALAVRAS-CHAVE:** História. Memória. Memória social.

### INTRODUÇÃO

O campo de estudo relacional entre história e memória constitui-se em desafio instigante e extremamente rico de possibilidades. Neste ensaio pretendemos realizar uma primeira visita conceitual ao campo histórico e, posteriormente, apresentar as discussões teóricas – aproximativas e/ou divergentes entre a história e a memória a partir de Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Jacques Le Goff, como uma necessidade suscitada a partir de inquietações surgidas nas discussões realizadas no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Memória: Linguagem e Sociedade.

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade/UESB. Bolsista Capes. E-mail: lucianacanario@gmail.com.

\*\* Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. E-mail: meudglnet@com.br.

\*\*\* Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia/UFBA. E-mail: apcasimiro@oi.com.br.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Para se falar em História consideramos pertinente recorrer a problematização da pergunta “*Pai, diga-me lá, para que serve a história?*” (BLOCH, s.d., p.11) que, a nosso ver, esse autor apresenta uma definição sucinta, mas esclarecedora, a saber: “é a ciência dos homens no tempo”. Para o autor, o tempo é contínuo, passível de perpétuas mudanças e precisa ser compreendido por meio da solidariedade de épocas, porque, “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado”.

Como conhecimento científico, o saber histórico implica uma teoria, porque “há sempre escolha, triagem, um ponto de vista, hipóteses” (REIS, 2011, p. 12). Portanto, exige uma postura reflexiva e crítica do historiador<sup>178</sup>, devendo ser rigorosa, criteriosa e crítica documental (idem, p. 12).

Complementa esta discussão as afirmações de Carr (1982) para quem “história significa interpretação” e “ela se constitui de um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre o passado e o presente” (idem, p. 29).

Segundo Carr (1982), a tomada de consciência da construção do fato histórico, da não-inocência do documento, lançou uma luz reveladora sobre os processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber histórico. Isso significa que não existe uma “verdade objetiva”, que o historiador é necessariamente um selecionador, pertence a sua época e “a ela se liga pelas condições de existência humana”. Para esse autor, inclusive a linguagem impede a neutralidade do discurso do historiador.

Reis (2011) apresenta uma discussão similar, quando destaca:

O historiador é fabricado, moldado, esculpido, plasmado por inúmeras coerções e prêmios, pressões e reconhecimentos,

---

<sup>178</sup>É o historiador quem vai ao arquivo com suas questões e as desenvolve apoiando-se nas fontes. Não há observação de documentação sem problemas e hipóteses. Os documentos só falam para confirmar ou não as hipóteses levantadas pelo sujeito da pesquisa. É a questão histórica que permite reconhecer, separar, triar, avaliar, a documentação. O documento não é dado, não vem em busca e não se impõe ao historiador (REIS, 2011, p. 08).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

fracassos e sucessos. Pouco a pouco, ele aprende as regras, a hierarquia, a linguagem, as referências e contra-referências, o jogo de sua atividade. O conhecimento histórico não é e nem pretende ser isento ou expressar alguma universalidade. A obra histórica tem a marca da época e da instituição da qual ela emerge (p. 16-17).

Este novo olhar para a história, de tendências múltiplas, com a busca de outras possibilidades de se fazer pesquisa é resultado do “Movimento dos Annales<sup>179</sup>”, saldo das primeiras reflexões da historiografia tradicional, que proporcionou um leque de possibilidades do fazer historiográfico. Seja por meio da crítica à narrativa tradicional dos acontecimentos, por uma história-problema, ou pela não preferência da história política seja pelo diálogo e colaboração com as outras disciplinas, tais como a psicologia, a sociologia, a economia, a linguística, dentre outras.

Segundo Reis (2011, 2006), este Movimento foi alvo de críticas severas, sobretudo, no que se refere à interdisciplinaridade entre os campos do conhecimento, como também pela fragmentação e especialização extrema na delimitação e elaboração do objeto de análise, em detrimento da totalidade. Esse autor ainda destaca que “[...] apesar de praticarem a história-problema, contraditoriamente, foram hostis à discussão teórico-metodológica e prestaram um desserviço a historiografia ao separarem a pesquisa histórica da teoria da história” (2011, p. 17).

Reconhecendo as críticas e contribuições advindas deste Movimento, enfatizamos que ele propiciou dar voz aos oprimidos e esquecidos pela classe dominante, pela história oficial. Neste sentido, destacamos a necessidade do estudo da memória, bem como uma revisita aos seus precursores teóricos.

Contra-pondo-se à ideia de que a memória é um fenômeno eminentemente individual, biológico, dominante nas pesquisas até então, Halbwachs (1877-1945)

---

<sup>179</sup> Burke (1997) prefere a denominação de “Movimento dos Annales”, ao invés de “Escola dos Annales”.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

foi o primeiro teórico a analisar, de maneira sistemática, o caráter social da memória, com influência marcadamente durkheimiana.

No livro “*A memória coletiva*”, publicado postumamente em 1950, Halbwachs propõe um sistemático percurso sociológico da memória, pois assegura que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva que, por sua vez, constitui as lembranças.

Evidenciando o caráter social da memória, Halbwachs (2006) ressalta que para confirmar ou recordar uma lembrança não são necessários testemunhos literais, mas sim uma base comum ou muitos pontos de contato entre as memórias. Portanto, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ocupo e com as relações que mantenho (p. 69).

Para este autor, a memória coletiva tem como suporte a linguagem, que pode ser considerada como o marco social<sup>180</sup> mais elementar e estável, pois ela possibilita a construção, transmissão e recordação dos conteúdos. E é ela que permite a formulação de uma narrativa do “passado vivido” do indivíduo. Em contraposição a um passado vivido, onde cada indivíduo elabora sua própria vida – a *memória autobiográfica*, Halbwachs (2006) apresenta a categoria *memória histórica*<sup>181</sup>, que seria uma “memória tomada de empréstimo”, ou seja, uma sucessão de acontecimentos exteriores ao indivíduo.

Na ótica deste autor, a memória se apoia na história vivida e não na aprendida, pois quando termina a tradição e se decompõe a memória social, começa a história, que utiliza uma sucessão cronológica de eventos e datas, através

---

<sup>180</sup>No que concerne à definição de um marco social da memória, Namer assegura que Halbwachs a utilizou inicialmente em 1912 para se referir a uma “estrutura que unifica o pensamento de um grupo ou de uma classe social, portanto, se caracteriza por um sistema de representações de valores e necessidades centrais” (2004, p. 375).

<sup>181</sup>Barros (2009) destaca que a categoria memória histórica não deve ser confundida com a historiografia, pois esta é algo mais amplo e vale-se da memória coletiva e das memórias individuais como um dos seus recursos disponíveis para a produção do conhecimento historiográfico. Assim, a memória e a historiografia anunciam muitas possibilidades, estão em permanente interação, contudo não se confundem.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

dos quais, os livros e as narrativas em geral nos apresentam um quadro esquemático como mecanismo de preservação das lembranças.

Torna-se significativo assinalar que para Halbwachs a história é uma e define, recorta períodos e privilegia as diferenças, as mudanças e as descontinuidades, além de possuir uma necessidade didática de esquematização. Ao passo que a memória se situa ao lado da fragmentação, da subjetividade, da pluralidade dos grupos e dos indivíduos, sem linhas de separação traçadas com nitidez, como na história (HALBWACHS, 2006). O autor ratifica que um dos objetivos da história é o de “lançar uma ponte entre o passado e o presente e restabelecer uma continuidade interrompida” <sup>182</sup>(p. 101).

Halbwachs (op. cit.) assegura que a memória coletiva se solidifica na continuidade, pois só retém do passado o que está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém e, deve ser vista sempre no plural – são memórias coletivas múltiplas, de diferentes grupos sociais situados num contexto espacial e temporal.

Em relação ao contexto físico, Halbwachs destaca que ele é uma realidade que dura, assim, não há um grupo ou um gênero de atividade coletiva que não tenha nenhuma relação com o lugar, com o espaço (p. 170). No que se refere à temporalidade, ele enfatiza que “não há um tempo universal e único, mas a sociedade se decompõe em uma multiplicidade de grupos, cada um com sua própria duração” (p. 153), uma vez que, os tempos são diferentes e não há nenhum que se imponha a todos os grupos (p. 137). Em outras palavras, “cada grupo localmente definido tem sua própria memória coletiva e uma representação só dele de seu tempo” (p. 130) e, o grupo é quem define o tempo<sup>183</sup> de acordo com as suas necessidades e suas tradições (p. 144). Em resumo, toda memória coletiva

---

<sup>182</sup> Halbwachs (2006) foi muito criticado por conta dessa concepção de história, de lugar de objetividade absoluta, do mero registro dos fatos.

<sup>183</sup> Le Goff (2003) afirma que essa ideia de multiplicidade dos tempos sociais apresentada por Halbwachs foi o pontapé da reflexão de Braudel sobre a constituição da “longa duração”, com as três velocidades históricas: tempo individual, tempo social e tempo geográfico (p. 57).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço e, há tantas maneiras de representar o espaço quantos grupos existem<sup>184</sup>.

Nas fronteiras entre a história, a memória e a tradição é possível perceber aproximações e afastamentos entre as leituras de Halbwachs (2006) e Nora<sup>185</sup> (1993). A partir do conceito de *memória coletiva*, Nora (1993) assegura que a memória foi inserida, na década de 1970, como mecanismo de reconsideração da identidade nacional francesa. O texto “*Entre memória e história: a problemática dos lugares*” é resultado de uma análise da nação francesa, onde Nora assegura que se fala tanto em memória e busca-se tanto alcançá-la na contemporaneidade, porque o passado já se perdeu, fruto da efemeridade da vida moderna. Afinal, nas palavras do autor, “fala-se tanto da memória porque ela não existe mais”.

Sob o mesmo ponto de vista de Halbwachs (2006), Nora ratifica que a história estaria associada à reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, fazendo uso das narrativas lógicas e lineares.

Em seu exame, a memória se baseia no vivido, se enraíza na imagem, no objeto e é assegurada por grupos sociais, ao passo que a história só conhece o relativo e objetiva deslegitimar o passado vivido. Fica evidente, para o autor, a dessacralização da história,

[...] a história da história não pode ser uma operação inocente. Ela traduz a subversão interior de uma história-memória por uma história-crítica, e todos os historiadores pretenderam denunciar as mitologias mentirosas de seus predecessores. Mas alguma coisa fundamental se inicia quando a história começa a fazer sua própria história. O nascimento de uma preocupação historiográfica, é a história que se empenha em emboscar em si mesmo o que não é Ela própria, descobrindo-se como vítima da memória e fazendo um esforço para se livrar dela” (op. cit., p. 10).

---

<sup>184</sup>Essa revisita não tem a pretensão de abarcar a vasta influência deste autor para as ciências humanas e sociais, uma vez que, seus postulados serviram de referência para estudos posteriores sobre a memória. Suas pesquisas influenciaram os diversos campos do saber: Antropologia, Sociologia, Psicologia, a História, dentre outros.

<sup>185</sup>Nora (1931), historiador francês, membro da 3ª geração da *Escola dos Annales*, apresentou a conferência intitulada de “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, em 1984, mas que só foi publicada no Brasil, em 1993, na Revista Projeto História.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Pelo fato de Nora (1993) assegurar que a memória é vida, em detrimento a um passado morto, presume-se que ela existiria apenas em alguns lugares (como museus, arquivos, bibliotecas, comunidades, etc.), lugares estes que existem por causa do sentimento que não há mais memória espontânea, assim:

[...] é preciso criar arquivos, é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar a incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria (NORA, 1993, p. 13).

Sendo assim, os pesquisadores buscam incessantemente lugares ou vestígios que possibilitem uma revisita ao passado, mesmo fragmentada nos de *lugares de memória*, a fim de explicar a perda das memórias, em decorrência da destruição das tradições.

Nora considera que existem “três dimensões que contribuem simultaneamente e em diferentes graus, para caracterizar um lugar de memória”: *materiais* (um depósito de arquivos, por exemplo), *simbólicos* (um minuto de silêncio) e *funcionais* (manual de aula, testamento, etc.). Com o objetivo de escapar da história, tais lugares possuem uma razão fundamental “parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas” (p. 22). E ressalta que, devido à metamorfose contemporânea, a memória verdadeira, transformada por sua passagem em história, dá lugar a uma memória arquivista, ou seja, “à constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar” (p. 14).

Influenciado pelas discussões apresentadas por Nora (1993) e por Halbwachs (2006), Jacques Le Goff (2003), também historiador da 3ª geração dos Annales, na obra “*História e Memória*”, conceitua a memória como a responsável



pela conservação de certas informações e assevera que o estudo dessa temática abrange a neurofisiologia, a psicologia, a biologia e, a psiquiatria, para dar conta dos problemas da amnésia.

Em seus escritos, Le Goff não diferencia a memória coletiva da memória social, mas destaca que essa última é “um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (idem, p. 422).

O autor destaca que o estudo histórico da memória coletiva deve abarcar as “diferenças entre as sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memória essencialmente escrita” (p. 423). Este posicionamento leva Le Goff a valorizar as relações da memória histórica e destaca as suas transformações sociais:

- 1) a memória étnica nas sociedades sem escrita, ditas “selvagens”;
- 2) o desenvolvimento da memória, da oralidade a escrita, da Pré-História a Antiguidade;
- 3) a memória medieval, em equilíbrio entre o oral e o escrito;
- 4) os progressos da memória escrita, de século XVI aos nossos dias;
- 5) os desenvolvimentos atuais da memória (idem, p. 423).

Após discorrer sobre a temporalidade da memória, Le Goff (2003, p. 29) assegura que a memória coletiva é um dos objetos da história, através de uma fermentação dos lugares da memória coletiva, que seriam:

[...] Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações; estes memoriais têm a sua história (LE GOFF, 2003, p. 467).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

No domínio da história, Le Goff destaca o processo de manipulação pela memória coletiva, de um dado fenômeno histórico. Por isso, ele assegura que o papel dos criadores e manipuladores da memória coletiva, a saber: “Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos, em função dos usos diferentes que fazem da memória” (op. cit., p. 467).

Nesta afirmação, Le Goff assegura que “tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (p. 422). Enfatiza que, inclusive as sociedades desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, das classes dominantes ou dominadas, lutam pelo poder, pela sobrevivência. Deste modo, com o discurso da objetividade científica, até os novos arquivos (orais e audiovisuais) passam pela vigilância dos governantes.

Le Goff (2003, p. 471) conclui o seu trabalho ratificando que a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos lutar para que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.

## **CONCLUSÕES**

Diante do que foi exposto até aqui destacamos a necessidade de compreender as fronteiras nas quais “a memória se torna história”, ou inversamente, aqueles gêneros ou situações nas quais a história praticamente se constrói como memória (BARROS, 2009). Esta primeira aproximação apontou a necessidade de estudos posteriores em busca de um aprimoramento do campo memória/história e a superação desta divergência, pois, a nosso ver, temos que pensá-lo não através da oposição, mas sim na convergência, na dialogicidade.

Partindo do pressuposto de que a memória é o vivido, o experimentado, não individualmente, mas como produto da interação social, acreditamos que, mesmo



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

com suas próprias especificidades, as categorias história e memória estão em constante interação, são divergentes – com especificações distintas, mas correlatas. E, diante da constituição da memória social – que objetiva refletir sobre os fenômenos e práticas relacionadas à memória coletiva frente a uma estrutura historiográfica estruturada, torna-se imprescindível refletir sobre as diferenças e aproximações entre esses campos.

Sendo assim, acreditamos imprescindível uma ampliação dos espaços onde o campo da memória seja discutido à luz da teoria, principalmente por educadores e pesquisadores das ciências sociais e humanas, sobretudo, porque tal assunto também envolve transmissão de valores, saberes e conflitos de uma sociedade, ou seja, é possível construir outras faces da história por meio da memória.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'Assunção. **História e Memória** - uma relação na confluência entre tempo e espaço. *Mouseion*, vol.3, n.5, jan-jul/2009.
- BLOCH, Marc. "A história, os homens e o tempo". In: **Introdução à História**. 5. ed. Publicações Europa-América, p.24-46.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989: a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- DOSSE, François. **A história em migalhas: dos "Annales" a "Nova História"**. Trad. Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 6ª Ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.
- NAMER, Gérard. Posfácio. In: **Os marcos sociais da memória**. Universidade Central da Venezuela, 2004.
- NORA, Pierre. **Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares**. *Projeto História*, nº 10 p.7-28, dez.1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Palavras para crer: Imaginários de sentido que falam do passado. In: **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. 2006, Número 6. Disponível em <<http://nuevomundo.revues.org/document1499.html>>, affiliation: UFRGS. Acesso em: 10/02/2013.
- REIS, José Carlos. **História e Teoria**. Historicismo, Modernidade e Verdade. 3ª. ed. Rio de Janeiro. FGV, 2006, p.67-96.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

\_\_\_\_\_. O Lugar da Teoria-Metodologia na Cultura Histórica. Conferência de Abertura do **III Seminário de História e Cultura Histórica**. Universidade Federal da Paraíba-UEPB, João Pessoa, 26-09-2011.